

A propaganda política dos ditadores Getúlio Vargas (Brasil) e de António de Oliveira Salazar (Portugal) como espetáculo no rádio (1937-1945)¹

Izani MUSTAFÁ²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO

Este artigo é um recorte de um capítulo da tese (MUSTAFÁ, 2014), um estudo comparado, que trata especificamente da propaganda política criada e utilizada pelos governos Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal). Durante oito anos (1937-1945), simultaneamente, os dois países estavam sob o regime ditatorial denominado Estado Novo. Vargas, como presidente da República, e Salazar, como primeiro-ministro, sabiam da importância do rádio e o utilizaram para divulgar ideologias e realizações nos moldes do que Hitler fez na Alemanha. Observando a propaganda política divulgada pelas rádios Nacional do Rio de Janeiro e Emissora Nacional, pode-se considerar que Vargas e Salazar protagonizaram um espetáculo radiofônico. Construíram discursos próprios, veiculados em diferentes tipos de programas, sem nenhuma neutralidade, que, como afirma Debord, invadiu a sociedade como simples instrumentação.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio; Vargas; Salazar; Rádio Nacional do Rio de Janeiro; Emissora Nacional

No Estado Novo o rádio foi um importante instrumento ideológico

Durante oito anos, simultaneamente, de 1937 a 1945, o Brasil e Portugal estavam sob o regime político denominado Estado Novo. Dentro de sistemas políticos diferentes, no Brasil era presidencialista e o presidente da República era Getúlio Vargas (1930-1945), e em Portugal era parlamentarista e o primeiro ministro era António de Oliveira Salazar (1932-1974), ambos usaram o rádio, que estava popularizado, profissionalizado e no auge, para fazer propaganda política e ideológica, de acordo com o modelo criado na Alemanha e também adotado na Itália.

Por meio das ondas sonoras da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, criada em 1936 como uma emissora privada e estatizada em 1940, transformando-se numa empresa de comunicação mista, e da Emissora Nacional, estatal fundada em 1935 pelo governo

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, durante o XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado no Rio de Janeiro (RJ) – 4 a 7 de setembro de 2015.

² Doutora em Comunicação Social (PUCRS), mestre em História do Tempo Presente (UDESC) e jornalista (UFSM). É bolsista (Qualitec) no Laboratório de Áudio (AudioLab) da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS/UERJ) onde contribui para o desenvolvimento de pesquisas e produções de programas de rádio junto com outros professores e pesquisadores, e estudantes – estagiários e voluntários. Integra o Grupo de Rádio e Mídia Sonora da Intercom, o Grupo de Rádio e Meios Sonoros de Portugal e é pesquisadora do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa/PT). E-mail: izani@brturbo.com.br.

salazarista, Vargas e Salazar, respectivamente, utilizaram o veículo mais tradicional para disseminar as ações políticas, sociais, econômicas e culturais. No Brasil a divulgação era feita, principalmente, em informativos e diretamente quando Vargas fazia pronunciamentos quase sempre irradiados, o que garantia um grande alcance à sociedade. Em Portugal, a propaganda de Salazar e do Estado Novo era realizada nos informativos e em conferências e palestras, apresentadas, em geral, pelos ministros e intelectuais simpatizantes ao regime.

Os dois governantes criaram assim um espetáculo radiofônico para uma sociedade contemporânea já habituada ao consumo disponível pela indústria cultural em efervescência. O espetáculo estava autorizado. Porque, como afirma Debord (2003), a

sociedade do espetáculo é, pelo contrário, uma formulação que escolhe o seu próprio conteúdo técnico. O espetáculo, considerado sob o aspecto restrito dos meios de comunicação de massa – sua manifestação superficial mais esmagadora – que aparentemente invade a sociedade como simples instrumentação, está longe da neutralidade, é a instrumentação mais conveniente ao seu automovimento total de do espetáculo, que faz do indivíduo um ser infeliz, anônimo e solitário em meio à massa de consumidores (DEBORD, 2003, pp. 21-22).

O que se verifica no período ditatorial é que Vargas e Salazar pronunciaram discursos diretos aos ouvintes, em determinadas datas, e as emissoras mantinham na programação, mesclada com entretenimento e música, informativos. No Brasil os mais populares nacionalmente foram o *Hora do Brasil*³ e *Repórter Esso*.⁴ As transmissões pelo rádio dos e sobre esses governantes que não tinham nenhuma neutralidade eram permanentemente irradiados e, de acordo com Debord, se transformaram em espetáculos sonoros que eram repercutidos e transcritos pelos jornais e revistas que apoiavam os ditadores e, assim, alcançavam um público muito maior.

Vargas sempre valorizou o rádio

No Brasil, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) pelo decreto-lei nº 1915, em 27 de dezembro de 1939, ligado diretamente ao governo, comprova a

³ O primeiro *Hora do Brasil* foi levado ao ar pela Rádio Guanabara, do Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1935, tendo como locutor Luiz Jatobá. A trilha sonora da vinheta de abertura do programa era a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes. O programa foi criado pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ligado ao ministério da Justiça e, portanto, mais próximo do Executivo, cujo objetivo principal era divulgar e dar visibilidade às obras do governo.

⁴ O *Repórter Esso* entrou no ar em 28 de agosto de 1941, às 12h55. O programa era patrocinado pela Esso Brasileiro de Petróleo e produzido pela agência *United Press International*. O noticiário possuía um formato diferente, com textos objetivos e conquistou a credibilidade dos ouvintes.

importância que Vargas dava ao rádio. O órgão também cumpria o papel de censurar e controlar os veículos de comunicação que não eram governamentais. Além disso, havia uma fiscalização sobretudo no que era irradiado. Para isso, cada rádio possuía um censor que acompanhava a programação, já que determinadas informações eram proibidas e não chegavam à nação. Entre elas, cita Ferraretto (2001), estão as reivindicações trabalhistas, notícias sobre presos políticos, mobilizações, passeatas e organizações estudantis e, principalmente, as críticas ao governo.

Dentro da organização do DIP havia seis divisões. Uma delas era a de Radiodifusão que tinha determinadas competências, descritas no artigo 7º, como:

levar aos ouvintes radiofônicos nacionais e estrangeiros, por intermédio da Rádio-difusão oficial, tudo o que possa fixar-lhes a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios do conhecimento humano”. [...] c) fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras para serem musicadas; d) organizar um programa denominado "Hora do Brasil", que, realizado diariamente, será obrigatoriamente, retransmitido por todas as estações de "broadcasting" existentes no país; [...] i) irradiar, diariamente, além da "Hora do Brasil", um programa em idioma estrangeiro, em hora apropriada e determinada pelos países para os quais a irradiação se fará, em antena dirigido [...] (DECRETO-LEI Nº 5077, 1939).

O primeiro diretor nomeado do DIP foi o jornalista Lourival Fontes⁵. A censura, feita pelos repressores que se revezavam para acompanhar os três períodos de trabalho em cada rádio era tão forte, observa Haussen (1997), que os profissionais começaram a se autocensurar e agir de maneira a ocultar determinadas informações, então proibidas.

Vargas, completa Haussen, “procurou sempre contar com o apoio da imprensa” (HAUSSEN, 1997, p. 29) e aproveitava para deixar isso claro quando proferia seus discursos ou concedia entrevistas. Além disso, tinha uma “visão muito clara a respeito da importância dos meios de comunicação para o apoio e a divulgação das medidas do seu governo” (HAUSSEN, 1997, p. 29). De um lado se posicionava favorável às conquistas da categoria, por outro, usava o DIP para “cercear o que não fosse do interesse do governo em matéria de divulgação” (HAUSSEN, 1997, p. 29).

Vargas “não instrumentalizou a utilização do rádio no sentido doutrinário – havia o controle através da censura, mas a programação, mesmo a *Hora do Brasil*, era diversificada e não só de divulgação de atos públicos” (HAUSSEN, 1997, p. 30). Ao final de cada

⁵ Lourival Fontes que tinha dirigido o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criado em 1934, e o Departamento Nacional de Propaganda, que funcionou entre 1937 e 1939.

programa, o destaque era dado à Música Popular Brasileira, com a participação de artistas como Carmen Miranda, Herivelto Martins e Francisco Alves.

Mas, o DIP usou a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que tinha a maior potência, transmitia em Ondas Curtas e era a mais tradicional e popular, para beneficiar o governo ditatorial. Isso passou a acontecer principalmente quando a emissora foi incorporada pela União, em 8 de março de 1940, para pagar impostos não recolhidos. A rádio pertencia ao grupo *A Noite*, do empresário norte-americano Percival Farquhar, e tinha sido inaugurada em 12 de setembro de 1936. Ao ser agrupada, e por ser considerada de utilidade pública e de interesse do país, passou a ser a “retransmissora oficial do Estado Novo” (HAUSSEN, 1997, p. 109) e contribuiu “estrategicamente para o sucesso do projeto de mitificação da imagem de Vargas e disseminação da propaganda autopromocional do governo” (HAUSSEN, 1997, p. 109).

Vargas também percebeu também a necessidade de que mais pessoas ouvissem seus discursos e, por isso, incentivou a comercialização de receptores no Brasil. O decreto nº 4.701, de 17 de setembro de 1942, organizou o “comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios [...]” (DECRETO-LEI Nº 4.701, 1942).

Para Vargas, o rádio era um importante meio para se comunicar com os brasileiros, difundir as ideologias políticas e propagandear as suas realizações. O exemplo emblemático do uso dessa mídia foi a criação do programa *Hora do Brasil*, em 22 de julho de 1935, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ligado ao ministério da Justiça e, assim, mais próximo do Executivo.

Outra ação de Vargas que mostrou à nação que o rádio fazia parte do seu projeto político de governo, aconteceu em 1º de maio de 1937, quando enviou uma mensagem ao Congresso Nacional anunciando a decisão de aumentar o número de “emissoras para 42, em todo o país” (HAUSSEN, 1997, p. 23). No mesmo documento ele justificou a importância do *Hora do Brasil*:

O governo da União procurará entender-se a propósito com os Estados e municípios de modo que mesmo nas pequenas aglomerações sejam instalados radioreceptores providos de alto-falantes em condições de facilitar a todos os brasileiros, se distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da Nação. A iniciativa mais se recomenda quando considerarmos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes as zonas do interior e a maioria delas dispõe de imprensa própria, veiculando

apenas as notícias de carácter regional. À radiotelefonía está reservado o papel de interessar a todos por tudo quanto se passa no Brasil (CAPARELLI, 1995, p. 47).

A intensa propaganda favorável ao rádio contribuiu para que as populações distantes dos centros urbanos pudessem ocupar as praças centrais de suas cidades para ouvir o programa de exaltação ao governo estadonovista.

Os discursos de Vargas na Rádio Nacional

Durante o Estado Novo, a Rádio Nacional tinha uma programação com muito entretenimento e jornalismo, como *Rádio Nacional – do Brasil para o Mundo* e *A Noite Informa*, apresentado por *Heron Domingos*, e também transmitia discursos de Vargas. Muitos eram realizados em datas comemorativas como em 1º de janeiro (Ano Novo), 1º de maio (Dia do Trabalhador) e 7 de setembro (Dia da Independência do Brasil), e em momentos políticos, econômicos e sociais decisivos para o país. Além disso, eram retransmitidos em cadeia por outras emissoras espalhadas pelo território nacional.

Para exemplificar essa propaganda direta, que se transformou em espetáculos à parte no rádio, destacam-se alguns momentos. Em 10 de novembro de 1937, o presidente “comunicou à nação a instalação do Estado Novo e a nova Constituição. O pretexto para o golpe foi a ação dos comunistas, tendo sido forjados contra eles documentos provando seu envolvimento com a tentativa de tomada do poder” (CAPARELLI, 1995, pp. 23-24). Vargas alegou que era necessário controlar as ameaças.

Quando a ditadura no Brasil foi institucionalizada, a transmissão do *Hora do Brasil* começa a ser obrigatório e irradiado em rede nacional, todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira, entre 18h45 e 19h30, em Ondas Médias e Curtas, e das 19h30 às 19h45, somente em Ondas Curtas. Na época, esse era considerado o horário nobre do rádio.

No pronunciamento irradiado em 31 de dezembro de 1937, Vargas (1937, p. 122) reforçou a sua decisão de ter instituído o Estado Novo e afirmou que o povo brasileiro o estava apoiando porque a nova constituição atendia aos problemas da vida brasileira como a suspensão do pagamento da dívida externa para solucionar problemas internos e reajustar a economia nacional. No final do discurso, ele ressaltou que não havia “lugar para os cétricos e os hesitantes, descrentes de si e dos outros” (VARGAS, 1937, p. 128) porque eles podiam interromper o repouso dos trabalhadores.

Na data comemorativa de 1º de maio de 1938, Vargas anunciou a assinatura de decretos-leis com novas garantias aos trabalhadores como a Lei do Salário Mínimo “que

vem trazer garantias ao trabalhador, era necessidade que há muito se impunha. Como sabeis, em nosso país, o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior às suas necessidades” (VARGAS, 1938, p. 203). Nesse discurso, o presidente destacou a necessidade do novo regime para reajustar a vida brasileira e que isso passava pela cooperação de todas as classes, sem desejar que uma tivesse predominância sobre a outra.

Na saudação ao povo brasileiro, irradiado pela Nacional, na primeira hora de 1º de janeiro de 1939, Vargas (2007, p. 250) destacou os resultados positivos obtidos no último ano, como a instituição da previdência social, o salário justo e a garantia dos direitos dos trabalhadores. Na fala, ele enfatizou o repúdio às ideologias extremistas e aqueles que desejavam enfraquecer o Estado Novo. Para Vargas, o país deveria ser um “bloco indissolúvel, capaz de resistir a tudo” (2007, p. 251) com o objetivo de alcançar o engrandecimento comum.

No Dia da Independência, em 1939, no discurso *Ação Patriótica dos brasileiros* (2007, p. 259), Vargas reverenciou os heróis da pátria e destacou que a nação havia adquirido melhorias de caráter social, resultado dos benefícios possibilitados aos trabalhadores e da remodelação das instituições. Nele também reafirmou que a obra de governo era resultado da “sinergia de esforços, de colaboração no plano do bem público. Jamais sobrepus opiniões e preferências pessoais aos interesses de ordem geral” (2007, p. 259).

No ano seguinte, em 1º de maio de 1940, Vargas proferiu *A política trabalhista do governo e seus benefícios* (1940, p. 291) que exaltava o trabalhador como fonte do progresso, do desenvolvimento e da independência econômica do país e anunciava a lei que instituiu o salário mínimo, promessa da Revolução de 1930. Mais uma vez, o presidente criticou os governantes anteriores que não permitiam a “cooperação construtiva das classes trabalhadoras” (VARGAS, 1940, p. 292), sem direitos e amparos e submetidos aos políticos profissionais que preferiam mantê-los desorganizados.

No discurso de 7 de setembro, *O culto da pátria e o dever de cada brasileiro* (1940), o presidente afirmou que o país havia conquistado a emancipação política por causa da capacidade de governar.

A Nação organizou-se, consolidou as suas fronteiras, povoou grande parte das suas terras, substituiu a escravidão pelo trabalho livre, reforçou a sua estrutura econômica, criou as suas indústrias, desenvolveu os seus

transportes e adaptou-se às modernas condições de vida, de trabalho, de higiene e de cultura. (VARGAS, 1940, p. 45)

No ano seguinte, em 1º de maio de 1941, Vargas pronunciou *O trabalhador brasileiro no Estado Novo* (1941) e parabenizou os operários que cooperaram com o governo. Foi por causa deles, declarou, que a reforma da estrutura social foi realizada, “promovendo a solidariedade das classes pela colaboração geral nas tarefas do bem comum, abolidos os privilégios do passado, dignificadas todas as categorias de trabalho e esforço honesto para viver e prosperar” (VARGAS, 1941, p. 260).

Em 31 de dezembro de 1943, Vargas pronunciou o *Brasil e as suas forças armadas nas tarefas árduas da guerra* (1943), em plena 2ª Guerra Mundial e quando o Brasil havia enviado expedicionários para as linhas de frente:

A vitória das Nações Unidas será a nossa vitória e cada dia se torna mais próxima. Para alcançá-la já contribuimos de forma considerável e o faremos melhor daqui por diante, guerreando, ombro a ombro, com os denodados defensores da civilização. (VARGAS, 1943, p. 245)

Ao fazer discurso aos trabalhadores do Brasil no estádio do Pacaembu, em São Paulo, pela primeira vez fora da capital Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1944, Vargas enfatizou que a “luta pela emancipação econômica do país está com as indústrias de base e vamos entrar num ciclo de realizações que nos exigirá redobrado e persistente não se atinge à maioria como Nação sem vencer dificuldades de toda ordem” (VARGAS, 1940, p. 288).

O último pronunciamento de Vargas no Estado Novo foi em 30 de outubro de 1945, após ter sido deposto do governo pelos ministros militares, na noite anterior, e ter assinado sua renúncia formal. Nele, o presidente explica que aceitou a renúncia a fim de evitar maiores males ao país.

A história e o tempo falarão por mim, discriminando responsabilidades. Ao afastar-me da vida pública quero apenas dizer aos brasileiros palavras de compreensão e de confiança nos seus juízos definitivos. Não tenho razões de malquerença para com as gloriosas forças armadas da minha pátria, que procurei sempre prestigiar. Nenhum governo se esforçou mais do que o meu pelo seu fortalecimento. Nenhum outro cuidou tanto da sua preparação profissional, do selecionamento dos seus quadros, do seu aparelhamento material, da melhoria de suas condições de trabalho e conforto (D'ARAÚJO, 2011, p. 501).

A revisão bibliográfica e a observação de alguns discursos legitimam, portanto, o uso do rádio para fins propagandísticos políticos e ideológicos durante o Estado Novo.

A propaganda do regime e de Salazar na Emissora Nacional

António de Oliveira Salazar sempre esteve distante da imprensa e evitava falar ao rádio. Também ficava constrangido diante de multidões e considerava demagógica a conquista de popularidade apregoada pelo jornalista António Ferro⁶, que foi o primeiro diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Ao contrário de outros presidentes ditatoriais, nazistas ou fascistas, como Adolf Hitler e Benito Mussolini, Salazar utilizou o rádio indiretamente para propagar as suas realizações enquanto chefe de governo, ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros. Alguns discursos pronunciados foram transmitidos pela Emissora Nacional.

Segundo Ribeiro (2005), o governo não percebeu o potencial que “este novo meio de comunicação transportava consigo” (RIBEIRO, 2005, p. 50) e não investiu recursos financeiros para potencializar a radiodifusão em seu país.

No entanto, no livro *A cultura portuguesa e o estado* (1946) Salazar fez referências à radiodifusão e à criação da Emissora Nacional⁷ de Radiodifusão pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Para o ministro, a rádio estava desempenhando um importante papel na vida cultural da nação, principalmente em relação à música, já que possuía orquestras e isso representava a valorização da música e dos compositores portugueses.

A estação, que estava em fase de instalação, afirmou Salazar, “é hoje notável para o progresso e expansão da cultura e que o serviço prestado à unificação espiritual dos grupos de Portugueses que vivem fora da Metrópole é de inestimável valor” (SALAZAR, 1946, p. 92). Segundo ele, o “Estado deu também à causa da radiodifusão em Portugal importante melhoria, pelo controle a que sujeitou os diferentes postos particulares e as facilidades que proporcionou aos mais eficientes” (SALAZAR, 1946, p. 92). Mais adiante, o ministro das Finanças salientou que os importantes atos políticos e intelectuais têm lugar em Portugal e “encontram eco “na radiodifusão portuguesa, em especial através da Emissora Nacional, a

⁶ António Ferro era jornalista, simpatizante das ditaduras e foi o primeiro diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), criado por meio de um decreto-lei de 25 de setembro de 1933, nomeado por António de Oliveira Salazar.

⁷ É a segunda rádio a ser oficialmente instalada em Portugal. Foi inaugurada em 4 de agosto de 1935.

cujo microfone têm falado os chefes políticos e espirituais da Nação e os representantes mais qualificados” (SALAZAR, 1946, p. 92).

Nessa mesma obra, Salazar citou o trabalho do Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (SNI) que intervém na radiodifusão selecionando e renovando programas e “elevando a altura cultural dos pequenos postos de rádio, aos quais fornece palestras bem delineadas e concede elementos bastantes para a digna actuação deles” (SALAZAR, 1946, p. 93).

Salazar também elogiou o programa periódico *Jogos Florais*, cujo objetivo era incitar a literatura nos meios radiofônicos e distribuía prêmios para as categorias como de poesia nacionalista, lírica e palestras.

Na verdade, observa Ribeiro (2005), Salazar demorou muitos anos para compreender o “verdadeiro potencial do rádio como meio de comunicação” (RIBEIRO, 2005, p. 112), e se preocupava com a possibilidade da Emissora Nacional, “poder divulgar mensagens que não estivessem de acordo com as diretrizes do regime que liderava” (RIBEIRO, 2005, p. 112). Por isso, durante mais de três décadas em que esteve no poder e com a Emissora Nacional em atividade, Salazar “nunca utilizou de forma sistemática como instrumento de propaganda” (RIBEIRO, 2005, p. 112). E essa posição foi a mesma que ele manteve com os demais veículos de comunicação. A preocupação dele era outra. Salazar não gostava e evitava a mobilização das massas que caracterizavam os regimes totalitários. Por isso, “a principal preocupação não era instrumentalizar os media a seu favor, mas antes criar redes de controlo, de forma a evitar que os meios de comunicação pudessem ser utilizados como instrumentos de difusão de idéias contrárias ao regime” (RIBEIRO, 2005, p. 112).

Na opinião de Santos (2013), Salazar se apropriou do rádio de modo discreto, quando fazia alguns discursos. “Ele era diferente do teatral Mussolini, mas usou a rádio quando precisava. Mas controlava muito bem a Emissora Nacional” (SANTOS, 2013), recorda-se ele.

Salazar investiu poucos recursos na Emissora Nacional. Preocupou-se, logo após a emissora iniciar as transmissões, em criar um Serviço Político, para o qual indicou para fiscalizar e controlar o conteúdo da programação, o advogado, que tinha sido seu aluno na Universidade de Coimbra, Fernando Homem Christo, um defensor do fascismo.

No entanto, Rosas (2012) afirma que o chefe do Estado Novo cumpriu com sua parte porque permitiu que a elite intelectual do nacional-sindicalismo, sempre crítica do conservadorismo da união Nacional, colocasse o seu

radicalismo essencialmente ao serviço do aparelho de propaganda do regime (no Diário da Manhã, na futura Emissora Nacional, no Secretariado de Propaganda Nacional, em órgãos próprios que lhe são temporariamente oferecidos no final dos anos 30) [...] (ROSAS, 2012, p. 141).

Tudo isso contribuiu para influenciar o discurso propagandístico e a intervenção corporativa do Estado Novo no campo social até a 2ª Guerra Mundial, “especialmente no processo de radicalização fascizante do regime na segunda metade dos anos 30” (ROSAS, 2012, p. 141).

A programação continha música, conferências, palestras e alguns discursos

De acordo com Santos (2005), no final de década de 1930, a EN tinha 85 músicos, distribuídos em cinco orquestras, configurando assim a importância que a emissora estatal dava à música erudita portuguesa. E os informativos não eram considerados prioridade. De acordo com Ribeiro, o mais importante era que o conteúdo contribuisse para a formação da identidade nacional.

O diretor da Emissora Nacional, Henrique Galvão, também mantinha Salazar informado sobre praticamente todos os conteúdos que seriam emitidos. Rosas diz:

Galvão controla o tom político da informação, ocultando tudo o que seja desfavorável ao regime, presta contas directamente ao ditador sobre as notícias que lhe desagradam e submete as palestras à sua apreciação antes de irem para o ar [...] (SANTOS, 2005, p. 194).

A EN fazia transmissões ao vivo e incentivava as produções artísticas. Sem dúvida havia uma colaboração entre a rádio, a União Nacional e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).

Em 1936, quando a revolução completava dez anos, a EN lançou os *Jogos Florais*, possibilitando que os ouvintes concorressem a prêmios participando de modalidades como o de poesia nacionalista. Neste mesmo ano, o controle político foi fortalecido. As palestras sobre religião, literatura, história, política e arte também eram produções frequentes. As palestras políticas que ia ao ar faziam apologia ao Estado Novo.

Em conjunto com uma programação que continha “música clássica, gravada ou executada ao vivo pelas orquestras privadas da emissora, e ainda com palestras, noticiários e programas infantis” (RIBEIRO, 2005, p. 121) sempre houve uma preocupação com o “pensamento político radiofônico” (RIBEIRO, 2005, p. 146), controlado por Ferro, Galvão e Christo que era um comissário político da estatal entre final de 1934 e parte da primavera de 1935. Para ele, o novo serviço político tinha que obedecer

ao pensamento de que, num Estado autoritário, um posto Nacional de radiodifusão deve ser um meio de cultura e um instrumento de acção política, e de que esta segunda finalidade não é menos importante que a primeira (SANTOS, 2005, p. 147).

Para Christo, era presumível que a EN destinasse parte da sua programação para propaganda do Estado Novo e com conteúdo ideológico. No documento, escrito em 19 de abril de 1935, ele salientava ainda que a propaganda deveria ser direta e indireta e estar inserida no assuntos de literatura, de cultura e de informação. Também Galvão ressaltava a importância da rádio para “a propaganda no estrangeiro e nas colónias ultramarinas” (SANTOS, 2005, p. 121), como um instrumento para divulgar a cultura, internamente no país, e para aumentar seu prestígio entre os demais países.

Segundo Ribeiro, 1940 começou com a transmissão em Ondas Médias e Ondas Curtas das palavras do Chefe de Estado, Óscar Carmona, aos portugueses sobre a comemoração dos oito séculos da nação, reforçando a necessidade da continuidade de uma história gloriosa. Já em fevereiro, “a propaganda dos Centenários foi intensificada com a transmissão de entrevistas trissemanais a personalidades designadas pelo presidente da Comissão Administrativa” (SANTOS, 2005, p. 193) e a inclusão de informações especiais sobre os centenários nos noticiários da emissora. Ribeiro enfatiza que 1940 foi caracterizado pela exaltação nacional e reforço da propaganda interna do regime, em função das dificuldades que a população estava sofrendo por causa da 2ª Guerra Mundial.

Outro acontecimento que marcou 1940 foi a declaração de Salazar nos microfones da EN, “em horário nobre, sobre a conversão da dívida externa” (SANTOS, 2005, p. 196). Esta exposição, assim como as demais crônicas e palestras, procuravam explicar como o governo estava trabalhando para resolver os problemas financeiros e para reforçar a “ideia de que Portugal era o único oásis na Europa, por não se encontrar em guerra; não havia nada a temer, pois apesar das dificuldades, Salazar sabia escolher o melhor rumo para a nação portuguesa” (SANTOS, 2005, p. 196).

De acordo com Cristo (2005),

o regime serviu-se da rádio assim como a rádio se serviu do regime como forma garantida de crescer e se expandir. Maioritariamente oficial e/ou oficiosa, a rádio portuguesa, constituída pelas ondas hertzianas de aquém e de além mar, nascida e criada no contexto do salazarismo, estava também inserida nos condicionalismos sócio-político e económicos do regime (CRISTO, 2005, p. 9).

O rádio em Portugal também foi controlado por meio da censura e de exames prévios dos textos que seriam transmitidos. Cordeiro (2004) também faz menção a este momento onde o regime político era autoritário e mantinha um “serviço de censura prévia às publicações periódicas, emissões de rádio e de televisão de publicações não periódicas nacionais e estrangeiras, velando permanentemente pela pureza doutrinária das ideias expostas e pela defesa da moral e dos bons costumes” (CORDEIRO, 2004, p. 2). Entre o rádio e o poder político havia uma relação de “manipulação da opinião pública em defesa dos valores proclamados pelo Estado Novo” (CORDEIRO, 2004, p. 2).

Segundo Cordeiro, a rádio serviu como um “aparelho técnico e discursivo ao serviço dos interesses de poder, e um instrumento para a legitimação da ditadura” (CORDEIRO, 2004, p. 2). Cabia ao Estado distribuir as frequências às emissoras, o que lhe dava segurança e maior controle. Por isso, a programação mantinha no ar, principalmente, programas de entretenimento a fim de distrair os portugueses dos verdadeiros problemas que afetavam a nação.

Considerações finais

A revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a comparação realizada no período de 1937 a 1945 entre os governantes Vargas e Salazar ratificam o uso político para propagandear ideologias estadonovistas e ações econômicas, sociais e culturais nas rádios Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) e Emissora Nacional (Portugal). Os dois também criaram organismos – DIP e SPN – para controlar, censurar e reprimir a imprensa e o rádio.

Ambos se espelharam na Alemanha onde esse veículo de comunicação foi utilizado com fins políticos pelo líder nazista Adolf Hitler e seu ministro de Propaganda Joseph Goebbels, que cuidava de divulgar a ideologia do governo. Vargas e Salazar tiveram a seu favor uma estação para transmitir seus ideais, suas obras e seus programas de governo. Pelos microfones, milhões de ouvintes foram informados a respeito das ações e decisões

políticas, econômicas, sociais e culturais. Para completar, tiveram seus discursos transmitidos em diferentes períodos do seu mandato.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro possuía uma programação variada que valorizava a diversidade cultural e musical do país e transmitia diversos discursos de Vargas, proferidos em datas especiais ou quando fazia um balanço das conquistas, essencialmente, sociais e econômicas para o Brasil, e apresentava os projetos e planos para o ano seguinte. As informações diárias das ações governamentais também eram inseridas no jornalismo, em programas como *Hora do Brasil* e *Repórter Esso*.

Em Portugal, o próprio governo criou uma rádio estatal para ser a porta-voz do Estado Novo. Nos primeiros anos, a Emissora Nacional tinha uma programação com predominância da música. O noticiário não alcançava 20% do total da grade. Mas, a ideologia do poder estava presente nas conferências e palestras, que duravam em torno de dez minutos, e eram proferidas na estação por ministros e intelectuais simpatizantes do Estado Novo, diariamente.

Salazar poucas vezes usou os microfones da Emissora Nacional para falar aos portugueses. Algumas dessas conferências foram irradiadas para que os portugueses tomassem conhecimento de algumas medidas implementadas pelo governo. Nelas o conteúdo era formal e técnico, acompanhado de números e dados comparativos da área econômica.

Salazar e Vargas não controlavam diretamente as rádios. Mas tinham quem fazia isso por eles. No Brasil, a Nacional do Rio de Janeiro era administrada por um diretor nomeado pelo governo. Em Portugal, Ferro, então diretor do SPN, acompanhava a programação e sugeria, inclusive, a maneira de apresentação dos noticiários, conferências e palestras.

Nos dois regimes as emissoras transmitiram em Ondas Curtas, aumentando o alcance e a escuta dos programas produzidos e dos pronunciamentos. Em geral, boa parte das irradiações alcançava outros países. Em pleno século 20, Vargas e Salazar foram os principais protagonistas do rádio, em pleno período do ouro, e criaram, dentro da programação essencialmente musical e de entretenimento, um espetáculo massivo e informativo, com conteúdo totalmente ideológico e político.

Referências Bibliográficas

CAPARELLI, Sérgio. **50 anos depois só há um discurso**. In: PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. São Paulo: Annablume/Eca-USP, 1995.

CORDEIRO, Paula. **A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução**.

Universidade do Algarve, 2004. No endereço: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>

CRISTO, Dina. **A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas – Perfis Parlamentares**. Nº 62. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2011.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política – tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.

JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: Edufba, 2004.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso a Síntese Radiofônica Mundial que fez História**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

MUSTAFÁ, Izani. **O uso político do rádio pelos governos ditatoriais Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal) – 1930-1945**. 2014. 312f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, 2014. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7113>. Acesso em: 29 de julho de 2015, às 15h17.

RIBEIRO, Nelson. **A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945**. Lisboa: Quimera Editores, 2005.

ROSAS, Fernando. **Salazar e o Poder. A Arte de saber durar**. Lisboa: Tinta- da-China, 2012.

SANTOS, Rogério. **As vozes do Rádio (1924-1939)**. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

VARGAS, Emiliana. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940**. Florianópolis, 2007. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

Discursos de Vargas

Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 31 de dezembro de 1937. **No limiar do ano de 1938**.

Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1938. **O Estado Novo e as classes trabalhadoras**.

Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1940. **A política trabalhista do governo e seus benefícios**.

Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1940.

Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 7 de setembro de 1940. **O culto da pátria e o dever de cada brasileiro**.

Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1941. **O trabalhador brasileiro no Estado Novo.**

Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 31 de dezembro de 1943. **Brasil e as suas forças armadas nas tarefas árduas da guerra.**

Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1940. **Cooperação e solidariedade entre os grupos sociais.**

Documentos

Decreto-lei nº 1915, em 27 de dezembro de 1939.

Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939, que aprovou o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Decreto nº 4.701, de 17 de setembro de 1942, sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4701-17-setembro-1942-414790-publicacaooriginal-1-pe.html>, visitada em 3 de novembro de 2012, às 15h15.

Entrevista

Rogério Santos, jornalista e professor associado na área de Ciências da Comunicação da Universidade Católica Portuguesa. Estuda o rádio em Portugal. Entrevista concedida em 15 de novembro de 2013, às 13 horas.